

Recessão: tentando avaliar os estragos e perscrutando o futuro

Henrique Rattner

FEA/USP

À medida do desenrolar da crise econômico-financeira – atingindo, embora, em grau e profundidade diversos todas as economias do globo – começam a surgir também tímidas previsões sobre uma próxima recuperação do desastre que apostam na próxima retomada da demanda por bens e serviços e a elevação dos níveis de produção e de emprego, em consequência dos estímulos financeiros dos governos. Por



outro lado, os mais realistas prognosticam um longo período de reconstrução da poupança dos consumidores e um lento crescimento da produção, acompanhados de altas taxas de desemprego. Segundo alguns “gurus”, os impactos mais sérios da crise seriam sentidos no enfraquecimento do potencial de crescimento das economias desenvolvidas, cuja projeção aponta para magros 1 – 2% ao ano, durante a próxima década.

A queda de investimentos afetará negativamente o ritmo de inovações e o aumento das dívidas públicas repercutirá no aumento das taxas de juros. Mais impostos, para reduzir a dívida pública e para equilibrar o orçamento, tendem a diminuir os incentivos para trabalhar e investir mais. O desemprego prolongado tende a diminuir a qualificação da força de trabalho e, também, a propensão de investir diante a inércia dos mercados.

Em retrospectiva histórica, a crise dos anos trinta do século passado, parece ter conseguido a retomada vigorosa da economia, tendo como base um ciclo de inovações tecnológicas tais como o nylon, a borracha sintética, a aviação a jato, os novos medicamentos e outras. As atuais pesquisas e desenvolvimento da biotecnologia, células tronco, fontes energéticas mais limpas alternativas e a nanotecnologia estariam no ponto de sustentar uma nova fase de crescimento da economia mundial?

A redução das taxas de crescimento, o aumento do desemprego e a queda generalizada do comércio exterior são sintomas de uma profunda crise estrutural do sistema capitalista cujas flutuações confundem os economistas e levam ao questionamento da teoria econômica convencional. O longo período de declínio, desde o começo dos anos setenta, semeou dúvidas sobre a recorrência cíclica de expansão e recessão da economia capitalista. As oscilações observadas no desempenho das economias capitalistas ocidentais não permitem confirmar a hipótese sobre a regularidade temporal das “ondas largas” postuladas por Kondratief que baseou seus estudos na análise da evolução de preços e quantidades produzidas, no Reino Unido, nos Estados Unidos e na França. Hipótese semelhante foi desenvolvida por J.A. Schumpeter que, às vésperas da segunda guerra mundial, destacou a relação estreita entre os ciclos e a inovação tecnológica. Contudo, se as inovações foram consideradas meras consequências dos movimentos

cíclicos de expansão e recessão por Kondratief, para Schumpeter elas constituem o mecanismo causal e explicativo da instabilidade do sistema capitalista, induzindo periodicamente novos métodos de organização e administração da produção e das empresas, em um movimento perpétuo de “destruição criativa”.

Os últimos duzentos anos, desde o advento da Revolução Industrial na Inglaterra, podem ser divididos, de acordo com a hipótese schumpeteriana, em quatro ciclos de negócios de longa duração. Cada ciclo é dividido em quatro fases: a decolagem; a expansão; a estagnação e recessão e a depressão. As quatro fases correspondem assim a momentos diferentes de expansão e contração da economia e cada uma inicia-se com um conjunto de inovações tecnológicas que constituem o fator dinâmico principal para superar a crise e dar início a um novo período de crescimento de acumulação.

Assim, a primeira onda surgiu com inovações na indústria têxtil – fiação e tecelagem – baseadas em fonte energética hidráulica. A segunda, nas primeiras décadas do século 19, foi caracterizada pela introdução da máquina a vapor, revolucionando os sistemas de transporte terrestre e marítimo, movidos pela energia a base de carvão mineral. A terceira onda introduziu a indústria automobilística, que impulsionou também o desenvolvimento da indústria química e a difusão crescente da energia elétrica. O quarto ciclo trouxe a rápida expansão da indústria automobilística, o desenvolvimento da petroquímica, da aviação a jato, o radar e a energia nuclear cujos impactos permitiram um período de prosperidade inédita do sistema capitalista – vide os diferentes “milagres” alemão, japonês, italiano, até meados da década dos setenta, interrompido pelos dois choques sucessivos de petróleo (1973 e 1978). Finalmente, é possível apontar para um novo conjunto de inovações tecnológicas – a microeletrônica, a automação industrial e de escritórios, a holografia, as fibras óticas e a engenharia genética – as quais deveriam assegurar a transição para uma nova era de prosperidade e de acumulação capitalista.

Como explicar, então, o surto de inovações, sua descontinuidade e posterior declínio? Infere-se que as inovações importantes surgem no ponto mais baixo da recessão, quando os lucros caem, os mercados são saturados, diminuem o volume e o valor das transações do comércio exterior e a taxa de desemprego não pára de aumentar. Essa situação forçaria os governos e as empresas a promover e incentivar novos investimentos nos diferentes setores da economia, o que aumentaria a demanda por matérias primas, máquinas e bens intermediários, o que gera emprego, renda e consumo, com efeitos multiplicadores em todo o sistema.

Entretanto, as reações à crise econômica atual se manifestam em escala global, refletindo a insegurança e o medo dos cidadãos diante um fenômeno que parece escapar totalmente de seu controle e compreensão. As turbulências dos mercados imobiliário e financeiro nos Estados Unidos estenderam-se com velocidade e intensidade crescentes pelo mundo, à medida que afetaram o emprego e a segurança dos indivíduos, das famílias e de comunidades que assistiram impotentes ao fechamento de fábricas e a perda de seus empregos.

Seria esta mais uma crise de superprodução do sistema capitalista, tal como descrita e analisada por Marx, em “O Capital” e cujos efeitos tenderiam a amainar à medida que os estoques superiores à demanda fossem absorvidos, restaurando a confiança dos consumidores e dos produtores? As dimensões e características desta crise e sua natureza qualitativa e quantitativa diferentes das anteriores apontam para um período de

retomada bem mais longo, complexo e, certamente, mais oneroso para os governos, ou seja, os cidadãos.

A crise que irrompeu em 2007, com o estouro do mercado imobiliário norte americano, arrasou as duas grandes empresas oligopolistas, Fanny May e Freddie Mac e, em seguida, contaminou todo o sistema financeiro dos EUA. O Bear Stearns faliu; o Lehman Brothers faliu e as empresas gigantes como AIG, Bank of America e Citicorp, bem como os três gigantes da indústria automobilística vacilaram à beira da falência e teriam quebrado, não fosse o socorro multibilionário prestado pelo Tesouro norte americano. A perspectiva de lucros elevados e fáceis atraiu os operadores do mercado financeiro e os transformou em especuladores irresponsáveis. Bancos, empresas e executivos entraram na ciranda especulativa, até o estouro da bolha.

Os bancos utilizaram a securitização para aumentar seu risco e assim, tornaram a economia mais vulnerável. O volume de ativos “tóxicos” foi crescendo em progressão geométrica, através de derivativos, operações de “hedge” e fundos de investimentos, lastrados apenas em papéis sem relação com a economia real, mas que alcançaram uma cotação de valor pelo menos dez vezes o do PMB (produto mundial bruto), ou seja, mais de 450 trilhões de dólares. O mercado financeiro relativamente regulado no período de pós guerra foi transformado em cassino em que alguns especuladores espertalhões lucraram somas fabulosas, enquanto a população, as empresas e a sociedade como um todo, contabilizaram imensos prejuízos.

É sintomático que em países onde o sistema financeiro foi objeto de regulamentação e de diretrizes mais conservadoras e cautelosas (por exemplo, a Suécia, o Canadá, a França, o Brasil e, obviamente, a China, os estragos foram bem menores e relativamente bem absorvidos pelo mercado. Nos países mais expostos à ciranda financeira – EUA, Reino Unido e os países da zona do Euro, o processo de recuperação será inevitavelmente mais lento, por depender da injeção de recursos pelos respectivos Tesouros Nacionais, aumentando a dívida e o déficit público e, em sua seqüência, a carga tributária. O alto grau de endividamento público contribui para minar a confiança na moeda nacional, forçando também a elevação das taxas de juros, com efeitos negativos na retomada de atividades produtivas.

A perda de segurança e a desconfiança nas instituições que provocaram a crise têm marcado indelevelmente a percepção dos agentes econômicos. As obrigações e as responsabilidades associadas às transações financeiras tinham se tornado, nos últimos anos, cada vez mais difíceis de acompanhar e localizar devido ao rápido desenvolvimento de mercados secundários, de derivativos e de “paraísos fiscais”, conectados pela rede de comunicações virtuais. A facilidade de crédito, baseada em enormes superávits comerciais de algumas economias, notadamente os BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), abriu espaço para a ampliação de operações financeiras mais ousadas, facilitadas pelas redes de comunicação “on-line” da Internet. Assim, um credor de “sub-prime” podia levar um mutuário a assumir riscos insensatos, transferindo os instrumentos financeiros a outras partes distantes do local da transação original.

Enquanto crescia a necessidade da presença do Estado, diminuía a provisão de mecanismos de supervisão indispensável. A vulnerabilidade institucional facilitou as práticas astutas e especulativas em busca insaciável de maiores lucros. Hoje, o clamor geral por maior regulamentação expõe a fragilidade da doutrina do neoliberalismo e do

“livre mercado”. Mas, inevitavelmente, o aumento das dívidas públicas e o custo de sua amortização irão prejudicar a retomada do crescimento econômico.

Se persistiram algumas dúvidas sobre a profundidade e a extensão da crise no final de 2008, os primeiros meses de 2009 confirmaram o diagnóstico de uma profunda recessão em escala global, da qual ninguém escapa imune. Em todos os países, embora em grau variável, o PIB encolheu e o desemprego aumentou. Curiosamente, são os países mais desenvolvidos – Estados Unidos e Inglaterra, pela desarticulação do sistema financeiro e Alemanha e Japão, ambos dependentes do setor de exportação, que mais sofreram. No Japão, a economia encolheu 15% calculados em taxa anualizada, durante o primeiro trimestre de 2009 e a Alemanha perdeu 7%, comparados à diminuição de 3% nos outros países.

Em consequência, diminuiu o consumo e até aqueles que conseguiram manter seus empregos passaram a comprar menos, com receio de uma redução de sua renda, no futuro. A queda da demanda causou o fechamento de muitas pequenas e médias empresas industriais e comerciais, repercutindo negativamente na arrecadação de impostos e tributos, com reflexos no orçamento e na capacidade de investir dos governos. Para conter esses impactos negativos e impedir o alastramento da recessão, os governos lançam mão de políticas keynesianas, reduzindo as taxas de juros a quase zero por cento e procuram fomentar o consumo mediante isenção de impostos de bens duráveis (automóveis, máquinas eletrodomésticas). Para estimular os investimentos e a criação de empregos, facilitam o acesso a crédito com taxas de juros mais baixas.

Os bancos privados, todavia, hesitam em baixar as taxas alegando o perigo de inadimplência dos devedores. Quanto aos empresários e os donos de capital, embora abocanhem aproximadamente 1/3 da renda nacional, historicamente sua taxa de investimentos produtivos tem sido baixa (15%), tendo manifestado sua preferência por aplicações financeiras especulativas, frequentemente em paraísos fiscais, donde repatriam os recursos para usufruir das altas taxas de rendimentos pagas pelo sistema financeiro. Os programas governamentais que visam a geração de empregos e renda, tais como o PAC (Programa de Aceleração de Crescimento) ou a meta de construir um milhão de habitações para a população de baixa renda são de gestação e elaboração muito lentas, dependendo de licitações por editais públicos, de licença ambiental pelo Ministério do Meio Ambiente e, sobretudo, da liberação de recursos financeiros orçados e alocados. Por isso, seus efeitos estimuladores para a economia só serão sentidos a médio ou longo prazo. Mas, como dizia Keynes, “em longo prazo, estaremos todos mortos”.

De tudo o que foi dito acima, fica patente o ocaso do neoliberalismo, do “laissez faire” e do livre mercado, colocando como tarefa inadiável e urgente a intervenção do Estado, não somente como fomentador das atividades econômicas, mas, sobretudo, nas funções de planificação e regulamentação do desempenho dos atores econômicos. Com o exercício dessas funções, o Estado transcende os limites estreitos da economia e invade a esfera das relações políticas, exigindo a redefinição da estrutura de poder e das normas jurídicas e institucionais. Como vivemos e preferimos viver em um regime democrático, com e apesar de todas suas disfunções, mazelas e injustiças, até onde pode chegar a intervenção do Estado sem infringir os direitos inalienáveis de todos os cidadãos?

Cabe ao estado a tarefa de redefinir suas relações com a sociedade mediante uma ampla e profunda reforma política que abra o processo de governança à participação da parcela

majoritária, mas desprivilegiada da população, sempre iludida pelas promessas dos supostos representantes do povo os quais, uma vez eleitos, legislam em seu interesse próprio e procuram manter o “status quo”.

Experiências históricas de planejamento autoritário – vide a ex-URSS e a ex-Iugoslávia – não devem descartar a hipótese de uma possível síntese entre o regime de mercado e a presença do Estado, com um modelo de funcionamento da democracia, que até o presente é o melhor que a humanidade logrou – os Estados de bem estar escandinavos.

Está na hora de desmistificar a falácia do “livre mercado”, regido pela concorrência perfeita, ou seja, um contexto em que todas as empresas teriam aproximadamente o mesmo potencial de produção e vendas, sendo essa situação de equilíbrio e igualdade a base de um sistema de governança democrática. A realidade é bem distinta: vantagens tecnológicas, financeiras e organizacionais impulsionam um processo de concentração de capitais que resulta na formação de oligopólios (poucas empresas controlam preços e quantidades produzidas em seu setor) cuja posição de poder econômico e financeiro repercute inevitavelmente na estrutura de poder político, minando e subvertendo as regras de funcionamento da democracia.

Em vez de equilíbrio de forças e de representação entre as diversas classes sociais, os conjuntos do grande capital, particularmente o financeiro, manipulam as eleições mediante generosas contribuições às campanhas eleitorais de candidatos selecionados, os quais, quando eleitos, acabam cooptados pelo sistema viciado do poder. Em vez de igualdade de oportunidades proporcionadas por meio de políticas equitativas de acesso ao conhecimento, tecnologia e crédito, o funcionamento perverso do livre mercado produz a exclusão de camadas mais carentes do acesso a serviços básicos de uma sociedade democrática – educação, saúde, moradia e emprego.

A atual crise do sistema econômico capitalista está longe de um desfecho favorável no horizonte da próxima década. Mas, oferece a oportunidade de redefinir as relações entre as forças do mercado, e o Estado, como representante da sociedade, reafirmando-se a necessidade de planejamento, regulamentação e fiscalização das atividades dos agentes econômicos, sem resvalar para um regime autoritário e antidemocrático.

Ademais, o novo paradigma a emergir das cinzas da crise atual, enfatizará e apoiará as formas de cooperação e solidariedade que reforçam a confiança entre produtores, consumidores e seus representantes no poder público, sem os quais não haverá futuro estável e pacífico e, muito menos, prosperidade econômica.